



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ

**FLORESTAN FERNANDES E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: DEPENDÊNCIA
E AUTOCRACIA**

JOÃO PESSOA

2021

RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ

**FLORESTAN FERNANDES E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: DEPENDÊNCIA
E AUTOCRACIA**

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira.

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C957f Cruz, Riviane Enedino Pereira.

Florestan Fernandes e a interpretação do Brasil:
dependência e autocracia / Riviane Enedino Pereira
Cruz. - João Pessoa, 2021.

52 f.

Orientadora: Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira.
Monografia (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2021.

1. Florestan Fernandes. 2. Capitalismo Dependente. 3.
Autocracia. 4. Modelo democrático. 5. Estado
autocrático-burguês. I. Oliveira, Luciana Aparecida
Aliaga de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 316

RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ

**FLORESTAN FERNANDES E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL:
DEPENDÊNCIA E AUTOCRACIA**

Monografia do curso de graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 02 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. LUCIANA AP. ALIAGA A. OLIVEIRA – DCS/UFPB
(Orientador)



Prof. JOSÉ HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY – DCS/UFPB
(Examinador)



Prof. DANIEL DE CAMPOS ANTIQUERA – (DRI/CCSA/UFPB)
(Examinador(a))

DEDICATÓRIA

À Rian Enedino.

AGRADECIMENTOS

À professora Luciana Aliaga que me orientou com seriedade, carinho, paciência e dedicação ao longo da minha formação. Agradeço pelo grande apoio e incentivo que sempre me encorajaram a continuar pesquisando.

Agradeço aos meus pais pelo amor, carinho e apoio ao longo de todos esses anos.

Ao meu irmão Rian Enedino por sempre ter sido uma fonte de diálogo e por acreditar em mim. Obrigada pelas longas conversas que se estendiam até o amanhecer e pelas reflexões que tiramos delas.

Ao grupo Materialismo e Modernidade que foi fundamental na minha trajetória acadêmica.

Aos amigos da graduação que compartilharam comigo as dificuldades de uma graduação: Ana Rozendo, Isabelle Soares, Maria Clara, Vilma e Gabriel.

Agradeço a todos do Centro Acadêmico de Ciências Sociais Florestan Fernandes.

Aos amigos que de alguma forma estiveram comigo ao longo desse percurso.

EPÍGRAFE

“Em pleno amanhecer, existe uma hora em que a manhã já chegou, mas ainda é noite. Não existe nada de mais misterioso e incompreensível, e mais enigmático e obscuro, do que essa estranha passagem da noite para o dia. A manhã chegou, mas ainda é noite: a manhã parece submersa na noite que se derrama ao seu redor, como se nela flutuasse”.

Vygotsky

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fundamental analisar a relação entre capitalismo dependente e autocracia no interior da obra de Florestan Fernandes. Esses conceitos mostram-se essenciais para se compreender o modelo democrático que se estabeleceu nos países latino-americanos. Nos deteremos em sua produção intelectual nas décadas de 1970 a 1980, compreendendo as seguintes obras: *Mudanças Sociais no Brasil* (1959), *Poder e contrapoder na América Latina* (1971), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), *Circuito fechado* (1976), *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”* (1979), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1981). A escolha deste período se justifica pelo aprofundamento dos seus estudos sobre a temática da expansão do capitalismo, da integração nacional e da caracterização do regime de classes nos países periféricos e subdesenvolvidos. Nesse percurso, o autor evidencia as implicações do padrão de desenvolvimento que se consolidou a partir da reprodução reiterada do passado colonial e escravista, instaurando um Estado autocrático-burguês que exclui a grande parcela da população dos espaços políticos. Para este trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica objetivando estabelecer um diálogo com os a fortuna crítica que investiga a contribuição intelectual de Florestan Fernandes.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente; Autocracia; Florestan Fernandes; Modelo democrático; Estado autocrático-burguês.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the relationship between dependent capitalism and autocracy, given that these concepts are essential within the work of Florestan Fernandes to understand the democratic model that is considered in Latin American countries. We will focus on his intellectual production in the 1970s and 1980s, comprising the following works: *Social Changes in Brazil* (1959), *Power and Counterpower in Latin America* (1971), *Dependent Capitalism and Social Classes in Latin America* (1973), *The Bourgeois Revolution in Brazil* (1975), *Closed Circuit* (1976), *Notes on the “Theory of Authoritarianism”* (1979), *Class Society and Underdevelopment* (1981). The choice of this period is justified by the deepening of his studies on the theme of expansion of capitalism, national integration, and the characterization of the class regime in peripheral and underdeveloped countries. In this path, the author highlights that, as a result of the pattern of development that is consolidated from the reiterated reproduction of the colonial and slave-holding past, an autocratic-bourgeois State that excludes a large portion of the population from political spaces is built. For this work, a bibliographical review was carried out, aiming to establish a dialogue with the critical fortune that investigates the intellectual contribution of Florestan Fernandes.

Keywords: Dependent Capitalism; Autocracy; Florestan Fernandes; Democracy model; Autocratic-bourgeois State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: A Sociologia no Brasil e a emergência das “interpretações”	15
1.1 Breves apontamentos sobre a consolidação da Sociologia no Brasil e da sua “interpretação”	17
1.2 Florestan Fernandes: uma ilha de Sociologia cercada de Literatura por todos os lados	19
1.3 Desenvolvimento e democracia na interpretação do Brasil de Florestan Fernandes.....	25
CAPÍTULO II: Revolução Burguesa e capitalismo dependente no Brasil	30
2.1 Nacional por subtração	30
CAPÍTULO III: Dependência e Autocracia	38
3. 1 Capitalismo, democracia e autocracia	39
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fundamental analisar a relação entre capitalismo dependente e autocracia no interior da obra de Florestan Fernandes. Esses conceitos mostram-se essenciais para compreender o modelo democrático que se estabeleceu nos países latino-americanos. Na sua obra, Fernandes buscou explicitar sob uma perspectiva histórico-estrutural os processos que conduziram à formação de um capitalismo dependente e a consolidação de um regime de classes incompatível com a concretização de uma democracia substantiva, mas que mantém e reitera laços estreitos com o autoritarismo e com a dominação imperialista, reforçando sua dependência dentro do quadro da divisão internacional do trabalho.

Sendo assim, a conformação do capitalismo nos países subdesenvolvidos “desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente” (FERNANDES, 1980, p. 77). Objetivamos compreender como a problemática da dominação burguesa está diretamente relacionada com a formação de um Estado nacional que não realiza um processo de descolonização, de modo que este Estado se constitui a partir dos resquícios do colonialismo e da escravidão. Afirma o autor, a propósito da instauração de um Estado essencialmente autocrático:

Em última instância, é nesse modelo autocrático de Estado capitalista que acaba residindo a “liberdade” e a “capacidade racional” da burguesia dependente. Ele confere às classes [possuidoras] e aos estratos de classe burgueses não só os fundamentos da existência e da persistência da dominação burguesa e do poder burguês (...). Mas, ainda, o que é mais importante: lhes dá espaço político de que elas carecem para poder intervir, deliberada e organizadamente, em função de suas potencialidades relativas, no curso histórico da revolução burguesa, atrasando ou adiantando certos ritmos, bem como cindindo ou separando, entre si, seus tempos diferenciados, (econômico, social e político). Sem o controle absoluto do poder, que as classes burguesas podem tirar da constituição desse Estado, seria inconcebível pensar-se como elas conseguem apropriar-se, com tamanha segurança, da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional; ou, ainda, como elas lograram dissociar; quase a bel-prazer, democracia, desenvolvimento capitalista e revolução nacional (FERNANDES, 2020, p. 430).

Essa compreensão do Estado capitalista autocrático revela a racionalidade da burguesia dependente dentro dos seus limites em função da dominação externa. Essa condição resulta numa permanente “ditadura de classe” para assegurar sua posição privilegiada no espaço nacional. Fernandes destaca a função concreta do Estado e explicita suas características contrarrevolucionárias, uma vez que “o Estado não tem por função essencial proteger a articulação política de classes desiguais”. Ao contrário, seu papel seria de “suprimir qualquer

necessidade de articulação política espontânea nas relações entre classes (...)” (FERNANDES, 2020, p. 421). É preciso pontuar que esta interpretação tem influência direta da concepção leninista de Estado. Em *Estado e Revolução*, Lênin parte de Marx para afirmar que o Estado é “um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra” (LÊNIN, 2017, p. 29).

Os estudos sobre a especificidade do capitalismo dependente e sua relação com a dominação burguesa ganhou centralidade no pensamento de Florestan Fernandes principalmente nas décadas de 1970 a 1980. Assim, esta pesquisa, abordará as obras escritas nesse momento de seu percurso intelectual. Tal período é caracterizado por um processo transformação no seu horizonte teórico no qual sua posição de “socialista-militante” é assumida de modo intransigente. É importante levar em consideração que no ano de 1969, Florestan Fernandes foi aposentado compulsoriamente no período da Ditadura Civil-Militar e afastado de suas funções como professor da Universidade de São Paulo (USP). Tendo que procurar exílio fora do país assumiu cargo de professor na Universidade de Toronto, no Canadá entre os anos de 1969-1972. Segundo Antonio Candido (cf. 1996, p. 27), Florestan Fernandes atinge o clímax em sua trajetória quando uniu o sociólogo, o pensador e o militante, transformando-se em um cientista cuja investigação intelectual já é propriamente um ato político. É em função disso que os seus debates teóricos mudam significativamente. Ainda conforme Candido (1996, p. 27):

O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana [e as revoluções em diversos países periféricos]. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que os dois caminhos [o sociólogo e o militante] que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa.

À vista do que foi exposto, esta pesquisa parte de uma hipótese fundamental. É a partir da correlação entre os conceitos de capitalismo dependente e autocracia que Florestan Fernandes busca compreender a problemática da democracia nos países periféricos, isto é, através das estruturas e dinâmicas do capitalismo dependente e do regime de classes estabelecidos que se extrai o modelo democrático possível nesta região. Conformou-se um modelo democrático “emperrado” e “contingencial”, em que a participação do “povo” nos âmbitos do Estado e da sociedade civil foi reiteradamente excluída da participação política e da garantia concreta de direitos legais. As classes possuidoras se cristalizam enquanto detentoras do poder de decidir o rumo da sociedade sem controles populares mínimos.

Para isto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de fontes primárias e secundárias, tal como livros, teses, dissertações, monografias, artigos científicos e resumos.

Estas fontes serão consultadas nos acervos virtuais de conteúdo científico como o Google Acadêmico, Redalyc, Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Portal de Periódicos CAPES, Revistas Acadêmicas e Repositórios das universidades brasileiras. O foco de análise se concentrou nas obras produzidas por Florestan Fernandes entre as décadas de 1970 a 1980, compreendendo as seguintes obras: *Mudanças Sociais no Brasil* (1959), *Poder e contrapoder na América Latina* (1971), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), *Circuito fechado* (1976), *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”* (1979), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1981).

A discussão empreendida neste trabalho foi dividida em três capítulos principais. O primeiro capítulo aborda a contribuição de Florestan Fernandes para a Sociologia brasileira e seu esforço para fundamentação de uma disciplina de cunho científico e profissional no país. Segundo Octavio Ianni, Florestan Fernandes foi responsável por inaugurar um novo modo de apreensão da realidade social, política e econômica do país, nesse sentido, reconhece que ele funda uma “sociologia crítica”. Ainda nesse capítulo se apresenta uma breve discussão sobre os obstáculos para o desenvolvimento das nações periféricas a partir das décadas de 1950, 1960 e 1970, buscando compreender de que maneira Florestan interpretou os entraves à superação desta condição.

No segundo capítulo serão abordadas as categorias sociológicas de capitalismo dependente e da revolução burguesa no Brasil. Procurando compreender como o capitalismo nos países latino-americanos conformou-se ao longo do tempo e espaço, o autor realiza uma digressão histórica, retomando ao período da colonização e da transição para um Estado nacional. Fernandes irá demonstrar que a revolução burguesa não pode ser analisada a partir de padrões externos, ao contrário, ela foi uma “revolução encapuzada”, em razão da permanência de estruturas coloniais, patrimonialistas e escravistas. Desse modo, não foi possível realizar a expansão do capitalismo em bases autônomas porque o Estado se consolidou sem um processo revolucionário de desagregação com os nexos do passado, essa condição implicou em deformações permanentes ao modelo democrático desenvolvido nas nações periféricas.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará a análise de Florestan Fernandes sobre os limites da democracia concretizada em sociedades de capitalismo dependente. A dinâmica deste tipo específico de desenvolvimento capitalista impôs uma série de deformações na consolidação de uma ordem social competitiva, isto porque os beneficiários imediatos do regime democrático foram as classes possuidoras. Nesse sentido, a democracia se traduz enquanto privilegiamento da classe dominante e exclusão sistemática das classes subalternas. Nessas condições se fortalece a constituição de um Estado autocrático-burguês, em que a relação entre democracia

e expansão capitalista torna-se muito débil, em contrapartida, manifesta-se uma associação forte entre desenvolvimento capitalista e autocracia.

CAPÍTULO I: A Sociologia no Brasil e a emergência das “interpretações”

No ano de 1996 a revista Estudos Avançados do Instituto Avançado da USP (IEA-USP) realizou um dossiê intitulado “Presença de Florestan”¹ em homenagem à memória do intelectual Florestan Fernandes (1920-1995). Neste, encontra-se um conjunto de textos reconhecendo a inestimável contribuição intelectual, social e política do sociólogo da periferia. Em um dos artigos escrito por Carlos Guilherme Mota (cf. 1996, p. 43), faz-se o seguinte questionamento: “por que Florestan é tão importante para nós?”. Entre inúmeras respostas que se poderia dar a esta pergunta, Mota nos aponta para uma das mais assertivas sobre a contribuição teórica de Fernandes. Segundo ele, “Florestan deixa algo de fundamental: a lembrança de que a discussão sobre a *requalificação do trabalho científico e intelectual* deve ser sempre e sempre reproposta, *senza fine* [sem fim]. Sem o que não há avanço” (MOTA, p. 45, grifos do autor). Este ponto revela sobretudo uma postura intelectual de Fernandes em relação à sua preocupação crítica com a pesquisa científica, ela deveria ser renovada de maneira criativa e de modo a reavaliar e incorporar novas metodologias sob diferentes ângulos interpretativos.

Nas considerações de Octavio Ianni (cf. 2011, p. 15)² acerca das contribuições teóricas de Fernandes, afirma que o sociólogo inaugurou um novo modo de pensar a realidade social brasileira. Ainda segundo este autor, a sociologia brasileira sofreu uma transformação decisiva através das obras de Florestan Fernandes. É a partir dela que fundou-se uma “sociologia crítica” no Brasil. Isso porque, no seu fazer teórico, revelava-se uma interação epistemológica fundamental para a teoria sociológica: se retira e desenvolve o conteúdo crítico tanto da sociologia clássica quanto da sociologia moderna (cf. IANNI, 2011, p. 30). Esse modo de fazer sociologia empreendido por Fernandes propiciava reexaminar o conteúdo crítico do pensamento clássico, sob uma reflexão dialética com o que havia de mais moderno nas Ciências Sociais em nível nacional e internacional. Desse modo,

Há uma rica e complexa arquitetura na sociologia de Florestan Fernandes. Compreende os passos fundamentais, em termos lógicos, da explicação e da metodologia da pesquisa. Vai desde as formas de explanação, caracterizadas como descritiva e interpretativa, até às técnicas de pesquisa. Naturalmente essa ampla

¹ Na nota editorial justifica-se a escolha do título: “presença diz tanto ou mais do que memória, pois *memória* traz em si a denotação indelével do tempo passado. E presença é vida e projeto” (cf. Revista Estudos Avançados, v. 10, n. 26, p. 1, 1996).

² Trata-se do ensaio “Florestan Fernandes e a Formação da Sociologia Brasileira”, apresentado na “Jornada de Estudos Florestan Fernandes” na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Marília, em maio de 1986. Esse ensaio foi publicado como introdução do livro “Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante”, organizado por Octavio Ianni pela editora Expressão Popular em 2004. Utilizo como referência a segunda edição publicada em 2011.

problemática envolve sempre um diálogo com os clássicos e modernos, inclusive do pensamento marxista (IANNI, 2011, p. 32).

Conforme aponta Arruda (cf. 2010, p. 17), para Fernandes a grande problemática da sociologia no Brasil consistia na necessidade de realizar uma análise minuciosa dos métodos e adequá-los ao tratamento de sociedades mais heterogêneas, como a brasileira. A conclusão do autor em relação à investigação sociológica revela um movimento que estará presente em toda sua obra. Nela, “o pensamento se pensa o tempo todo” (IANNI, 2011, p. 18). Sendo assim, as suas formulações teórico-metodológicas estão intimamente ligadas à reflexão crítica entre o pensamento e o pensado, isto é, no interior de seu pensamento existe um sistema dialético na forma de apreender/analisar os fenômenos investigados. Desse modo, nota-se que em sua obra há uma abordagem sistemática e aguda sobre a sociologia brasileira, encarada enquanto um modo de saber particular e original, capaz de construir uma reflexão teórica à luz das especificidades do país. “[Sua] obra contém uma contribuição fundamental para compreensão das condições de emergência da sociologia brasileira” (IANNI, 2011, p. 18).

A sua reflexão sobre “o fazer sociológico” explicita um propósito que buscava alcançar no desenvolvimento da sociologia brasileira e na interpretação da formação social do Brasil:

Eu estava disposto a lutar com qualquer um que dissesse que nós não somos capazes de impor a nossa marca à sociologia. Ao antigo símbolo do *made in France* eu pretendia opor o feito no Brasil. Não estava em busca de uma estreita “sociologia brasileira”. Pretendia, isso sim, implantar e firmar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o *nosso* modo de pensar sociologicamente a *nossa* contribuição à sociologia. Os fatos iriam mostrar que isso era possível, que eu não forjara uma “utopia profissional” (FERNANDES, 1977, p. 178, grifos do autor).

Portanto, o autor objetivava construir uma sociologia que considerasse as características *sui generis* de nossa sociedade, isto é, realizar uma análise que reconhecesse as estruturas e dinâmicas sociais de um país periférico, dependente e subdesenvolvido sem transpor de maneira mecanicista teorias advindas de contextos históricos distintos do nosso, uma vez que isso implicaria em uma deformação e simplificação na interpretação do Brasil. Contudo, é significativo que o sociólogo afirme que não procurava implementar uma “estreita sociologia brasileira”, ou seja, ele reconhece a importância das “teorias importadas”, entretanto, entende que elas devem ser lidas em uma chave analítica que considere os contextos nacionais específicos.

Este procedimento metodológico pode ser aproximado à noção de tradutibilidade formulada por Gramsci. De acordo com este autor, a tradutibilidade significa que é possível utilizar construções teóricas de culturas distintas para compreender contextos nacionais

diversos se realizou uma operação de “tradução” para sua cultura, sendo assim, se empreende um esforço interpretativo considerando as dimensões típicas de determinado país. Desse modo, Gramsci afirma que é necessário saber “traduzir um mundo cultural na linguagem de outro mundo cultural, buscando semelhanças onde elas não parecem existir e as diferenças mesmo onde parecem existir semelhanças” (GRAMSCI, Q7, § 81, p. 914, apud BOOTHMAN, 2017, p. 2041). E segundo Fernandes: “os cientistas sociais dos países avançados, ao estudarem as sociedades subdesenvolvidas *sem modificar* substancialmente seus procedimentos (...), tendem a reproduzir conhecimentos superficiais e irrelevantes” (FERNANDES, [1965] 2008, p. 29, grifos nossos).

Traduzir conceitos consiste, portanto, em recriá-los nas condições específicas da cultura de recepção. Desse modo, Florestan Fernandes em diversos momentos apontou para necessidade de reavaliar e trabalhar em cima de teorias vindas “de fora” na compreensão dos fenômenos que possui estruturas específicas, mas que, entretanto, não se separam de conceitos mais “universais”. Podemos entender, por exemplo, que o conceito de capitalismo dependente é parte constitutiva do que seja capitalismo, contudo, é um modo específico de seu desenvolvimento, mas que explica o funcionamento capitalismo de maneira mais abrangente.

1.1 Breves apontamentos sobre a consolidação da Sociologia no Brasil e da sua “interpretação”

Para entender a trajetória intelectual de Florestan Fernandes é preciso compreender o contexto de consolidação da Sociologia no Brasil. Nesta seção abordaremos a institucionalização da Sociologia moderna³ no período de 1930-1940, momento em que a disciplina adentra o ensino superior e passa a ser utilizada enquanto instrumento sistemático de análise social. Segundo Mazucato (cf. 2016, p. 22-23), no extenso processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, é durante a década de 1930 que se intensifica a abertura de cursos superiores em todo país e com eles faz-se notar o aumento exponencial de publicação de manuais de sociologia.

Entretanto, antes mesmo da década de 1930, o pensamento brasileiro era enriquecido com as contribuições de intelectuais que pretendiam interpretar os contextos econômicos,

³ Segundo Arruda (2010, p. 10), “(...) a experiência de constituição da sociologia moderna entre nós - se pudermos identificá-la à formação acadêmica da disciplina - estava plasmada na intensa modernização do país, acentuada a partir do decênio de 1930 no trânsito da crise das relações tradicionais, e vigorosamente inequívocas desde os anos imediatos ao término da Segunda Guerra Mundial, quando a riqueza nacional foi auferida, sobretudo, nas atividades industriais”.

políticos, sociais e culturais do país sob uma perspectiva de cunho sociológico influenciados por tendências estrangeiras. De acordo com Ianni (2011, p. 18-19):

Encontram-se contribuições do maior interesse para a sociologia em escritos de historiadores, cronistas, publicistas, políticos, juristas, economistas, antropólogos, escritores, críticos de literatura e outros. Alguns sociólogos, como Fernando de Azevedo, por exemplo, mencionam Sílvio Romero, Pontes de Miranda e Delgado de Carvalho como “pioneiros da sociologia no Brasil”, talvez no sentido de que teriam preparado o terreno para emergência da sociologia propriamente dita. É claro que Fernando de Azevedo reconhecia, assim como outros reconheciam e reconhecem, cada um no seu tempo, as contribuições de Nina Rodrigues, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Querino, Oliveira Lima, Gilberto Amado, Manuel Bonfim e outros.⁴

Para Candido (cf. 2006, p. 272) se se quer entender a formação da Sociologia brasileira duas palavras devem ser lembradas: o Direito e o Evolucionismo. A primeira se explica pelo papel dos juristas como intérpretes por excelência da sociedade nacional. São eles que iniciam uma orientação científicista que contou com a colaboração de médicos e engenheiros - estes formam a tríade da inteligência brasileira sob a influência de teorias advindas predominantemente da Biologia. A segunda palavra esclarece com nitidez propositada o fundamento da incipiente sociologia brasileira, esta formou-se “sob a égide do evolucionismo e recebeu dele as preocupações e orientações fundamentais (...). Dele recebeu a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos gerais e sínteses explicativas” (CANDIDO, 2006, p. 272).

Retomando o período de 1930, Arruda (cf. 2010, p. 9) chama atenção para o surgimento de uma nova geração de intelectuais, os reconhecidos “Intérpretes do Brasil”, são eles: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Estes autores concentram-se em destrinchar o “tema da construção da nossa identidade nos termos de uma linguagem moderna”. Com estes Intérpretes, o modernismo não é mais unicamente um estilo literário, por meio do “ensaísmo crítico” lança-se uma inclinação para reflexão sobre a formação e a identidade nacional numa perspectiva inovadora. “A constituição da nossa diversidade recebeu dessa geração o seu mais vigoroso alento, rompendo, assim, a inclinação típica dos intelectuais brasileiros até então” (ARRUDA, 2004, p. 110).

No ano de 1934 criou-se a Universidade de São Paulo (USP) e internamente surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o curso de Ciências Sociais. De acordo com Arruda

⁴ O autor ainda menciona as contribuições de autores como: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Artur Ramos, Fernando de Azevedo, Emílio Willems, Herbert Baldus, Donald Pierson, Samuel Lowrie, Jacques Lambert, Charles Wagley, Roger Batide, L. A. Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Thales de Azevedo, Raymundo Faoro, Antonio Candido e Florestan Fernandes.

(cf. 2010, p. 11), a universidade possibilitou a formação acadêmica de cientistas voltados às práticas da docência e da pesquisa. Para Fernandes (cf. 1977, p. 39), a institucionalização de tais atividades provocaram a sistematização de novas bases de produção sociológica e a formação orgânica de um público consumidor. Ainda segundo o autor:

O ensino universitário, principalmente, deu à atividade profissional dos sociólogos o caráter de uma carreira, regulada academicamente. A necessidade de obter graus acadêmicos e de usá-los na competição intelectual definiu culturalmente certos alvos obrigações na carreira científica dos sociólogos. Mas, acima disso, o ensino universitário possibilita a associação do ensino à pesquisa, cria padrões de trabalho intelectual e orienta atividades individuais segundo os móveis básicos da investigação científica. Por isso, foi no âmbito do ensino superior que se revelaram os primeiros frutos da transformação da sociologia em especialidade (FERNANDES, 1977, p. 39-40).

Não obstante, a contribuição de Florestan à Sociologia brasileira irá alicerçar as bases de uma disciplina especializada dotada de rigor científico-metodológico. Assim os “ensaios críticos” vão cada vez mais cedendo espaço para as “monografias”. Segundo Arruda (1996), é através de Fernandes que a institucionalização da sociologia se delineia enquanto produto acadêmico de cunho profissional. Além de ter inaugurado novos padrões científicos para legitimação da disciplina no país, é importante pontuar que as investigações das gerações passadas não foram “enterradas”. Ao contrário, Fernandes buscou estabelecer um diálogo crítico com estes pensadores, retomando discussões importantes sobre a interpretação do país. Destaca-se, em particular, a discussão que estabeleceu com a obra de Gilberto Freyre, contestando a reconhecida tese da “democracia racial” (harmonia entre as raças)⁵ no Brasil. Conforme afirma Machado (cf. 2020, p. 26), Florestan Fernandes foi responsável por investigar de maneira sistemática a correlação entre capitalismo e as relações raciais que se consolidam no país⁶.

1.2 Florestan Fernandes: uma ilha de Sociologia cercada de Literatura por todos os lados⁷

⁵ De acordo com Abdias do Nascimento (1978, p. 41), ergueu-se no Brasil o conceito de democracia racial, reflexo de uma suposta relação harmônica entre pretos e brancos em que ambos usufruíam de oportunidades igualitárias de existência. Ainda cita o autor, “a existência dessa pretendida igualdade racial constitui mesmo, nas palavras do professor Thalles de Azevedo, ‘o maior motivo de orgulho nacional’, (...), ‘a mais sensível nota de ideário moral no Brasil, cultivada com insistência e com intransigência’” (NASCIMENTO, 1978, p. 41-42).

⁶ A Integração do Negro na Sociedade de Classes é a obra fundamental para compreender, do ponto de vista das relações raciais, a exacerbada discriminação, o preconceito e a desigualdade racial.

⁷ Em um depoimento proferido por Antonio Candido em 22 de maio de 1986 na 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP, Campus de Marília, em homenagem a Florestan Fernandes, cita um fala elaborada pelo professor Ruy Coelho para caracterizar o departamento de Sociologia e Antropologia da USP: “Nesse Departamento o Florestan

Conforme explicita Mazucato (cf. 2016, p. 32), Fernandes, em meados da década 1940 até 1950, iniciou um projeto intelectual com o objetivo de propiciar um debate mais amplo e sistemático da pesquisa científica no âmbito das Ciências Sociais. Sendo assim, ele se debruçou na elaboração de manuais teóricos e metodológicos que apresentassem ao leitor, de modo acessível, as discussões teóricas realizadas internacionalmente, tanto do pensamento clássico quanto das questões mais contemporâneas que estavam sendo produzidas/debatidas nos institutos e universidades europeias e norte-americanas. Sobre a construção dos manuais Pinto diz que:

Neste aspecto o leitor percebe que Florestan Fernandes possui uma grande ambição intelectual, que é a de abordar, mesmo em alguns casos, de forma introdutória, todos os temas e problemas que, em seu julgamento, sejam importantes e necessários em primeiro lugar aos universitários, aos especialistas ou futuros especialistas e, em segundo lugar, ao público mais amplo que estava no horizonte do pesquisador quando se transformava em autor de livros de circulação nacional (PINTO, 2008, p. 49 apud MAZUCATO, 2016, p. 32).

Neste contexto, a obra de Fernandes aos poucos vai adquirindo destaque. Segundo Ianni (2011, p. 27-28), a originalidade de suas contribuições se sobressai no campo da Sociologia. Em Florestan se revela uma obra vigorosa que expande a compreensão da teoria e pesquisa científica. Em sua obra se inaugura uma nova linguagem sociológica que desvenda novas possibilidades de pensar e transformar a sociedade. Vale a pena mencionar algumas produções teóricas que Fernandes busca discutir os fundamentos, a condição e a história da sociologia no Brasil: *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia* (1953); *A etnologia e a Sociologia no Brasil - ensaio sobre os aspectos da formação e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil* (1958); *Ensaio de Sociologia geral e aplicada* (1960); *Elementos de sociologia teórica* (1970); *A sociologia no Brasil - contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (1977); *A natureza Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978); *sociológica da sociologia* (1980).

De acordo com Costa e Mutzenberg (cf. 2021, p. 255), as transformações propostas por Fernandes no ensino das Ciências Sociais se fazem presentes na área até hoje. Um dos exemplos seria a corroboração de que os pensadores Durkheim, Weber e Marx seriam clássicos do pensamento sociológico se deve muito aos seus trabalhos na década de 1950, sobretudo o ensaio

é uma ilha de sociologia cercada de literatura por todos os lados”. Candido diz que esta fala foi elaborada considerando a área de interesse dos professores que integravam o departamento, tais como: Lourival Gomes (crítico da arte), Antonio Candido (crítica literária), Gilda de Mello e Souza (crítica estética) e o próprio Ruy que circulava por todos esses domínios (cf. CANDIDO, 1996, p. 23).

“Os problemas da indução na sociologia” contido no livro *Fundamento empírico da explicação sociológica* (1978). Estes autores eram reconhecidos por Fernandes como “os representantes mais avançados ou teoricamente mais consistentes de determinadas tradições do pensamento sociológico” (COSTA; MUTZENBERG, 2021, p. 255).

Pretendendo compreender de modo mais complexo a tessitura da obra de Fernandes sobre sua perspectiva sociológica, Costa (cf. 2021, p. 202) recobra interpretações do pensamento sociológico do autor e busca introduzir preocupações que avaliem sua obra de maneira mais acurada, uma vez que ele reconhece que determinadas análises prendem o sociólogo numa imagem do representante de uma sociologia acadêmica acima das ideologias e dos conflitos sociais. Citando o livro *A sociologia numa era de revolução social* [1962] (1976), Costa demonstra como na concepção de Fernandes o cientista social não está acima dos interesses da sociedade, dado que ele “não pode nem deve escapar à sina de todo ser humano, envolvendo-se ideologicamente nas lutas por interesses e valores sociais que regulam a dinâmica das sociedades” (FERNANDES, [1965] 1976, p. 83-84 apud COSTA, 2021, p. 202). Desse modo, há um equívoco nas interpretações que delineiam Fernandes como um sociólogo puramente positivista e cientificista, que examina a sociedade dentro de um gabinete e defende uma neutralidade axiológica puramente irreal e abstrata.

Na análise de Soares (cf. 2021, p. 178) há o questionamento de por que a perspectiva política presente no pensamento de Fernandes estaria apagada nas interpretações dos seus escritos mais acadêmicos. Acontece que, segundo a autora, a relação entre ciência e política no pensamento do sociólogo é extremamente imbricada e ao mesmo tempo estruturante na sua trajetória intelectual. Tal relação transborda tensões e é moldada por condicionamentos políticos e determinantes históricos e estruturais.

Ainda no interior da produção teórica de Fernandes, constata-se a construção contínua de um diálogo crítico com diversos autores e de diversas correntes teóricas. Em uma carta enviada a Barbara Freitag em 01/02/1967, o próprio Fernandes explica suas influências intelectuais:

Graças aos professores franceses, cuja orientação eclética e muito “acadêmica”, impus-me o dever de conhecer tão profundamente quanto possível as diferentes tendências da sociologia, dos precursores aos modernos e atuais... Graças aos norte-americanos, aprendi as técnicas de investigação empíricas mais exploradas nos Estados Unidos. Graças aos alemães e aos franceses e também por inspiração própria e por causa das leituras que fiz, no campo da filosofia e das ciências, valorizei muito a ligação entre teoria e pesquisa empírica sistemática. Por fim, graças à ligação como marxismo me interessei de veras pela sistematização teórica da sociologia aplicada, concebendo-a como campo especial da sociologia e compreendendo-a em marcos

teóricos que são ainda hoje ignorados nos Estados Unidos (...) (FREITAG, 1996, p. 137).

Portanto, Fernandes afirma que sua investigação sociológica é permeada por um ecletismo crítico que marca profundamente a maneira pela qual irá compreender o contexto social brasileiro. Sendo assim, trata-se de uma abordagem diversificada e multifacetada. No entendimento de Ianni (cf. 2010, p. 34-37), a sociologia de Fernandes sumariza 5 fontes principais: 1) a sociologia clássica e moderna, representada por autores das escolas francesa, alemã, inglesa e norte-americana⁸; 2) a matriz marxista, em sua obra nota-se um crescente diálogo com autores como: Marx, Engels e Lênin; 3) o pensamento político e social brasileiro; 4) o significado das transformações sociais, políticas e econômicas no curso da sociedade; 5) a história dos grupos subalternos.

Mazucato (cf. 2016, p. 7) demonstra que a produção intelectual de Fernandes é bastante ampla e nela encontra-se ao longo de sua extensa trajetória oito grandes eixos temáticos: 1) a temática antropológica e o folclore (1949-1978); 2) as relações raciais no Brasil (1959-1994); 3) as questões teóricas, metodológicas e históricas da sociologia (1946-1980); 4) o processo de modernização no Brasil e na América Latina (1960-1975); 5) sobre a polarização do capitalismo/socialismo no Brasil e na América Latina; 6) sobre educação; 7) sobre a ditadura militar e a transição para democracia; 8) sobre o Partido dos Trabalhadores e seu mandato como deputado federal (1989-1995). Neste mapeamento intelectual, de acordo com Mazucato, toda a obra de Florestan do início ao final de sua produção está em constante diálogo com as discussões intelectuais levantadas em cada época específica. Isto significa que Fernandes era um intelectual comprometido com o debate público e com a necessidade de compreender os processos sociais e políticos do Brasil, de fundamentar sua própria interpretação do seu país e da América Latina, de modo mais geral.

Objetivando compreender melhor a dimensão da produção e interpretação do Brasil feita por Fernandes, vários autores buscaram dividir sua trajetória em fases. Uma das mais reconhecidas teses que buscam caracterizar sua produção é a defendida por Barbara Freitag. Esta autora estabelece que houve uma ruptura epistemológica na obra de Fernandes. Esta mudança em seu aparato teórico se deu em resposta à aposentadoria compulsória no período da Ditadura Civil-Militar. Desse modo, a autora estabelece duas fases: uma acadêmico-reformista anterior ao seu afastamento e outra político-revolucionária. Em maio de 1986, Freitag teve a

⁸ Compreendendo autores como: Comte, Durkheim, Le Play, Simiand, Mauss, Gurvitch, Bastide, Weber, Sombart, Pareto, Simmel, Tönnies, Wiese, Freyre, Mannheim, Spencer, Hobhouse, Malinowski, Radcliffe-Brown, Ginsberg, Cooley, Giddings, Park, Burgess, Parsons, Merton e Wright Mills (IANNI, 2010, p. 34).

oportunidade de expor sua tese na Jornada “Florestan Fernandes”, organizada pela Unesp, em que o autor estava presente como homenageado do evento. Nela, reconheceu a desaprovação de Fernandes à divisão de sua obra: “(...) Florestan não gostou da tese que lá defendi, em sua presença, sobre a existência de um ‘corte’ em sua obra, separando o ‘acadêmico-reformista’ do ‘político revolucionário’” (FREITAG, 1996, p. 131).

Costa (cf. 2021, p. 209), contudo, propõe analisar o percurso de Fernandes procurando evitar dicotomias entre o intelectual acadêmico e o militante socialista. Para este autor, a melhor maneira de entender o pensamento de Fernandes seria observando as mudanças, as rupturas e descontinuidades tanto na sua produção teórica quanto nas suas posições políticas. Assim como é importante compreender as suas continuidades a fim de realizar uma avaliação fundamentada em um processo de análise dialético “portanto sócio-histórico, de conservação, superação e elevação a um nível superior, momentos esses sintetizados na noção hegeliana de *Aufhebung*” (COSTA, 2021, p. 209). Realizar este procedimento de análise explicita um pensamento vivo que se desconstrói e se reconstrói, uma vez que Fernandes retomava as suas categorias de compreensão seja para criticar ou para retrabalhá-las sob uma nova perspectiva, ampliando/reelaborando suas investigações.

A abordagem empreendida por Soares (cf. 2021, p. 180) tendo a tese de Freitag como inspiração e incorporando a noção de *Aufhebung* ao analisar a trajetória de Fernandes, sugere que ela pode ser examinada em três grandes eixos que devem ser concebidos como círculos concêntricos que se dinamizam num diálogo contínuo com os desafios da história vivida. Os círculos são: 1) o da Sociologia (1940-1950); 2) o da desconstrução do acadêmico (1960-1970); 3) o do surgimento do militante partidário.

Nosso trabalho irá focar neste momento da desconstrução do acadêmico. De acordo com Soares, o marco deste segundo círculo seria precisamente a sua aposentadoria compulsória em 1969⁹, período assinalado pelo processo de mudança de seu horizonte intelectual, caracterizado pela “radicalização” de seus referenciais teóricos e políticos (cf. SOARES, 2021; PORTELA, 2021). Fernandes foi afastado de suas funções como professor da Universidade de São Paulo (USP) e exilou-se fora do país, assumindo o cargo de professor na Universidade de Toronto, no Canadá, permanecendo lá entre 1969-1972. Em relatos pessoais, Fernandes manifestou certa angústia e conflitos emocionais por causa da sua condição de exilado em um país estrangeiro.

⁹ Alfredo Bosi (1996, p. 7) afirma que é impossível conceber Florestan sem a universidade, bem como seria impossível conceber a USP sem a ação de Florestan. Tal descrição é interessante para se compreender o período de exílio do autor e a crise profissional pela qual passou. Soares (2021, p. 182) diz que entre as décadas de 1960-1970 a universidade, para Fernandes, perde a razão de ser.

Numa carta enviada a Freitag em 01/12/1970, chega mesmo a dizer que está no fundo do poço e que se encontra no limite do cansaço e da saturação. Ainda relata que:

(...) torna-se cada vez mais difícil para mim estabelecer uma ponte entre o que sou e o que faço e o que desejaria fazer. Não tenho pena do Florestan, velho e calejado; mas às vezes olho para mim mesmo com certa ironia, pois me especializei em dar murrosem ponta de faca e agora me vejo lançado no mercado, como mercadoria estimada em dólares, sinto que as minhas técnicas estão superadas e que seria melhor vender sorvetes numa rua quente de São Paulo do que ser professor de sociologia no Norte das Américas (FREITAG, 1996, p. 150).

De acordo com Portela (2021), a crise pela qual Fernandes passa no Canadá tem origem política e consequentemente constrói um sentimento de impotência. Numa entrevista de 1991 ele diz:

Em 1969 fui para o exterior, onde desenvolvi uma campanha contra a ditadura. Fazia conferências em toda parte: no Canadá, Estados Unidos, Alemanha etc. Não levei muito tempo para descobrir que a maioria das sociedades norte-americanas, canadenses, europeias, estava muito encantada com a ditadura militar, porque ela aparentemente mantinha a democracia com as eleições, Parlamento funcionando etc., e estava unida aos “civis mais responsáveis” na defesa da ordem e da expansão do capitalismo no Brasil. Vi que era ilusão perder tempo lá. Porque eu podia falar de guerrilha em uma universidade, de fascismo, em outra, falar contra o regime militar, mas tudo isso era muito limitado. Na verdade, eu não tinha muita probabilidade de exercer influência em qualquer movimento social, e resolvi voltar em fins de 1972 (FERNANDES, 2008, p. 198 apud PORTELA, 2021, p. 300).

Este relato evidencia que, em meio às universidades estrangeiras, Fernandes não consegue construir um espaço de verdadeira denúncia do regime autoritário imposto no Brasil. Desse modo, se via isolado e sem capacidade de ação. E, evidentemente, para seu descontentamento, percebe que nesses países havia uma visão positiva e até mesmo construtiva da Ditadura em um país como o Brasil, uma vez que ela aparentemente assegurava o funcionamento da democracia representativa e ao mesmo tempo impulsionava o desenvolvimento capitalista. No livro *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1977) Fernandes irá tecer uma crítica mordaz aos limites da democracia liberal, demonstrando que a relação entre a democracia característica da sociedade capitalista não se opõe às tendências mais autoritárias, ao contrário, autoritarismo e democracia coexistem.

À vista disto, é neste “círculo” de sua trajetória que Fernandes terá contato com outras leituras, sobretudo de autores marxistas (cf. SOARES, 2021; PORTELA, 2021), assim como passará a investigar as revoluções socialistas na América Latina. Antonio Candido (1996, p. 12) irá analisar brevemente a interpretação de Fernandes sobre a Revolução Cubana, reconhecendo-a como uma “interpretação exemplar”, dado que a investigação é extremamente

densa “porque ele trabalha com o máximo de informações e reflexões”. Além disto, Candido reconhece que o traço fundamental da análise de Fernandes sobre Cuba seja o profundo sentido revolucionário, “nutrido pela fusão entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção”. É nesta obra que se encontra:

O esforço quase obsessivo de harmonizar o saber do sociólogo com a paixão político-socialista que faz dos seus escritos uma vigorosa militância e leva a pensar naquele tipo de homem descrito por Vauvenargues, que, movido pela força do sentimento e marcado pelo ‘acordo secreto das inclinações com as luzes’, põe ‘em movimento todas as suas capacidades e toda a sua atividade em benefício de um objetivo único (CANDIDO, 1996, p. 12).

Segundo Soares (cf. 2021, p. 182), é quando Fernandes se afasta da universidade que passa a se reafirmar integralmente enquanto um militante-socialista sem, contudo, deixar de lado o que sempre foi: um sociólogo socialista. Em vista disso, a produção que elabora nas décadas de 1960-1970 será dedicada à compreensão do desenvolvimento *sui generis* do capitalismo nos países latino-americanos. Serão elaboradas obras importantes como: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1967), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *Poder e contrapoder na América Latina* (1971) e *A Revolução burguesa no Brasil* (1975).

É neste período da sua produção que nosso trabalho se deterá, objetivando compreender como se dá a relação da expansão do capitalismo em sociedades subdesenvolvidas e periféricas com o tipo de democracia que se consolida nessas regiões, em especial no Brasil. Para isso, é preciso recuperar o debate intelectual que emergiu na América Latina nas décadas de 1950 a 1970 sobre a problemática do subdesenvolvimento e da industrialização nos países periféricos.

1.3 Desenvolvimento e democracia na interpretação do Brasil de Florestan Fernandes

Compreender o debate teórico entre democracia e desenvolvimento no Brasil requer uma digressão histórica e teórica acerca das perspectivas intelectuais surgidas nas décadas de 1950, 1960 e 1970, que buscavam refletir sobre os impasses do desenvolvimento latino-americano. Tais perspectivas encontram maior hegemonia nas formulações propostas pelos intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasil) e, principalmente, pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas). Segundo Limoeiro-Cardoso (1996, p. 101), é “especialmente na segunda metade da década de 50 o apelo ideológico

[desenvolvimentista] é forte, em nome do progresso e da riqueza material. O desenvolvimentismo anuncia uma era de prosperidade, promovida pelo crescimento econômico acelerado”.

Fernandes (1994) afirma que é sobretudo na década de 1960 que se intensifica o debate sobre os aspectos sociais do desenvolvimento. Esta discussão já vinha se expandindo desde 1930, contudo, foram os esforços da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura) e em seguida a CEPAL que tornaram a temática questão obrigatória para os intelectuais da época. Segundo Ferreira e Godoy (cf. 2019, p. 3), a CEPAL concebeu a primeira iniciativa institucionalizada responsável pelos estudos das especificidades do capitalismo latino-americano. Além das suas contribuições para o avanço teórico acerca das condições socioeconômicas da América Latina, suas formulações tiveram influência direta na constituição de políticas econômicas na região.

De acordo com Bresser-Pereira (2010, p. 208), para o ISEB e a CEPAL o desenvolvimento dos países periféricos só seria alcançado se partisse de um planejamento estratégico, tendo o Estado como principal agente transformador. “Dada a existência do imperialismo, seria impossível a esses países se desenvolverem sem que sua revolução capitalista se completasse pela revolução nacional, que leva à formação do Estado nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 208). Nesta perspectiva, o subdesenvolvimento não se consubstancia apenas por processos internos, mas também pela dominação imperialista dos países desenvolvidos. O Estado teria como função principal proteger a indústria nacional inibindo a concorrência estrangeira e fortalecendo o mercado interno. Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 210), emerge então, a tese de que o desenvolvimento decorre pela *substituição de importações*.

Na década de 1960 os obstáculos encontrados por vários países latino-americanos em aumentar o processo de substituição de importações e os efeitos devastadores da industrialização sobre as estruturas do subdesenvolvimento incentivaram vários economistas e sociólogos da CEPAL a iniciar um grande esforço de crítica às deficiências do modelo de industrialização por substituição de importações. Sampaio Jr. (1999, p. 36) afirma que esta crítica estimulou proposições mais reformistas que persistiram na necessidade de alternativas que possibilitasse superar as dificuldades que impediam o avanço do desenvolvimento nacional.

Segundo Bresser-Pereira (cf. 2010, p. 217), após os golpes militares que assolaram os países da América Latina, a teoria da dependência surge e, explícita, fundamentalmente, uma crítica à forma do capitalismo dependente vigente na região. A teoria da dependência apresenta três versões: a teoria da superexploração imperialista, a teoria da dependência associada e a

nacional-dependente. De acordo com o autor, para todas as três abordagens de interpretação da dependência, as elites nacionais são dependentes das elites dos países centrais nos níveis econômicos, políticos, culturais e sociais. Mas, enquanto para a corrente da superexploração proposta por autores como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, o desenvolvimento econômico e social seria impossível nesse cenário. Já a versão da dependência associada só seria possível submetendo-se aos países centrais, Fernando Henrique Cardoso e Faletto são os principais intérpretes desta corrente.

Por outro lado, a interpretação nacional-dependente formulada por autores como Oswaldo Sunkel e Celso Furtado, o desenvolvimento seria possível sempre que as elites estivessem orientadas pelos interesses nacionais e não por interferências e pressões imperiais, buscando a prevalência dos fatores nacionais sobre os fatores dependentes na construção de políticas e reformas. É importante destacar que as análises teóricas empreendidas pelo ISEB e pela CEPAL relegaram para segundo plano a problemática da democracia. Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 225), a questão democrática tornou-se central apenas no início dos anos 1970, diante dos regimes autoritários instaurados na América Latina.

Fernandes (cf. 1994, p. 9) insere-se nesse debate mais intensamente nas décadas de 1960, após uma conferência realizada no México sobre as questões do desenvolvimento e subdesenvolvimento, e passa a escrever vários estudos sobre os aspectos sociais do desenvolvimento, as resistências à transformação/mudança do subdesenvolvimento, sobre a dependência e o modelo de capitalismo que se expande a partir da dominação externa e do imperialismo aos países latino-americanos. De acordo com Fernandes (1994, p. 9):

Essas indagações tiveram grande importância cultural, científica e política na América Latina. Elas incentivaram a expansão de análises e explicações macrosociológicas, que vinculavam entre si psicologia, antropologia, sociologia, economia e história, permitiam um arejamento marxista ou crítico do trabalho acadêmico e abriam espaço para uma militância intelectual que conduzia os acadêmicos para o debate público e o engajamento político.

Entretanto, antes mesmo da década de 1960, Fernandes já analisava os dilemas da industrialização no Brasil. Em um artigo intitulado “Obstáculos extraeconômicos à industrialização no Brasil” (1959)¹⁰, Fernandes busca compreender os entraves à industrialização pela relação que ela mantém com a sociedade brasileira, isto é, mais precisamente com os agentes econômicos que possuem funções que propiciem o aceleração

¹⁰ Conferência proferida na Ciesp/Fiesp em 6 de agosto de 1959.

deste processo que, sob essa perspectiva, não se atém apenas à dimensão econômica, mas está intimamente ligado às dimensões culturais e políticas.

Para explicar as debilidades do padrão de desenvolvimento industrial brasileiro, Fernandes irá considerar como fator de ineficácia a desagregação precária do *antigo regime*. Contudo, essa desagregação, mesmo que débil, conseguiu impulsionar o desenvolvimento urbano. De acordo com Fernandes: “a desagregação do antigo regime favoreceu o fluxo urbano. As cidades perderam o caráter de aglomerações dependentes dos núcleos rurais e de mero cenário em que se enfrentavam os grandes interesses rurais em pugna” (FERNANDES, [1959] 2013, p. 64). Este cenário propiciou “as bases para a diferenciação e reintegração da economia de mercado interno” (FERNANDES, [1959] 2013, p. 64).

Atendo-nos à situação brasileira, o desenvolvimento urbano não só era recente, mas restrito, superficial e descontínuo; mal escondia os escombros da ordem rural de que emergira, sendo insuficiente para assegurar as bases de uma economia de mercado capaz de garantir certa vitalidade e integração de uma economia de mercado de crescimento industrial (FERNANDES, [1959] 2013, p. 65).

O que importa nesta formação é o surgimento e difusão da noção de industrialização como um valor da nova concepção de mundo “moderno”. De outro lado, de acordo com Fernandes, no Brasil a assimilação de técnicas, instituições e valores eram transplantados da Europa ou, em menor grau, dos Estados Unidos. O grande problema é que a assimilação nunca poderia ser idêntica aos padrões europeus e perderia sempre a eficácia instrumental das técnicas no processo de inserção dentro do país. Dessa perspectiva, o autor reconhece a necessidade do agente humano [o empresário brasileiro] de absorver a racionalidade das dinâmicas econômicas nos moldes capitalistas e enquanto essa realidade não for apreendida as potencialidades do desenvolvimento industrial brasileiro sempre será inacabada. Portanto, “é o horizonte intelectual do empreendedor que precisa ser alterado, como requisito para formação de uma mentalidade econômica compatível com o grau de racionalização dos modos de pensar (...) inerentes à economia capitalista” (FERNANDES, [1959] 2013, p. 61).

Para além disto, nas primeiras interpretações de Fernandes sobre a problemática da industrialização no Brasil o elemento democrático aparece de modo central. Na concepção do sociólogo a intensificação do crescimento econômico sem o fortalecimento de bases democráticas não seria suficiente para garantir o desenvolvimento nacional. Para o autor existiria uma inércia cultural que prevalece como entrave à consolidação de comportamentos ajustados à ordem legal em construção no país, isto se dá em consequência da desagregação da ordem que mantém viva a mentalidade do *antigo regime*. Segundo ele, “uma das hipóteses mais

penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da *demora cultural*” (FERNANDES, [1959] 2013, p. 102).

De acordo com Costa (cf. 2021, p. 190) a noção de “demora cultural” era utilizada por Fernandes mais como uma hipótese ou ponto de partida para apreensão de fenômenos do que como uma interpretação estanque da realidade brasileira. Ao longo de suas obras esse conceito é reelaborado e relacionado com categorias mais fundamentais, ainda segundo Costa, tais como subdesenvolvimento e capitalismo dependente. “O conceito nunca foi completamente abandonado por Fernandes, mas ressignificado (...)” (COSTA, 2021, p. 190).

Este apontamento de Costa é fundamental para compreender as formulações posteriores de Florestan Fernandes sobre a problemática da industrialização nas sociedades de capitalismo periférico. Primeiro nota-se que, a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, uma ampliação dos estudos que tratam da questão da democracia relacionada com a estrutura do capitalismo dependente e com o regime de classes instaurados no país. Segundo Fernandes (1994), a América Latina absorveu um sem número de iniquidades “crônicas” consequência do padrão de absorção do capitalismo nessa região, articulada com a herança colonial que conduz à cristalização da dominação burguesa e o fortalecimento de um padrão de desenvolvimento dependente e subdesenvolvido.

CAPÍTULO II: Revolução Burguesa e capitalismo dependente no Brasil

2.1 Nacional por subtração¹¹

Neste capítulo abordaremos a categoria sociológica de capitalismo dependente formulada por Florestan Fernandes que, segundo Limoeiro (cf. 1995, p. 2), seria uma das maiores contribuições teóricas sobre o desenvolvimento capitalista, uma vez que este conceito é simultaneamente estrutural e histórico, dado que, ao pensar o capitalismo dependente, o autor está se referindo, antes de mais nada, ao capitalismo. No entanto, o autor alude ao capitalismo numa das formas específicas de seu desenvolvimento. Um dos obstáculos principais na transformação do padrão de desenvolvimento capitalista dependente encontrado nos países subdesenvolvidos e periféricos é que esse processo fica nas mãos de burguesias incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia.

Segundo Fernandes (2020, p. 275):

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais (...).

Antes de mais nada, buscando compreender como o capitalismo nos países latino-americanos conformou-se ao longo do tempo e espaço, Fernandes retorna ao período da colonização, sobretudo, ao momento de crise do sistema colonial e da passagem para uma sociedade nacional como momento decisivo para explicar o desenvolvimento econômico, sociocultural e político nas nações exploradas externamente. Octávio Ianni (cf. 2011, p. 39) diz que a interpretação sobre o Brasil construída por Fernandes se desdobra através da extensa pesquisa de três acontecimentos principais: a colonização, a escravidão e a revolução burguesa¹². A colonização, de acordo com Fernando Novais (1989), foi peça decisiva na

¹¹ Ensaio de Roberto Schwarz publicado na Folha de São Paulo em 07/06/1986 e posteriormente publicado no livro *Que horas são?* em 1987. Neste ensaio o autor irá demonstrar como os mecanismos de dominação imperialista invadem os âmbitos culturais, econômicos e políticos de países periféricos.

¹² “A colonização e a escravidão compõem uma perspectiva particularmente fecunda para o conhecimento da história social brasileira, por todo o período colonial entrando pelo século 19. A revolução burguesa permite descortinar a maior parte da história social desde fins do século 19 e por todo o [século] 20 transcorrido até o presente” (IANNI, 2011, p. 39).

constituição/formação do capitalismo moderno e da sociedade burguesa nos países centrais, os quais não possuíam capacidade de crescimento endógeno e necessitavam de pontos de apoio externos, isto é, das colônias subjugadas numa posição de “retaguarda econômica da metrópole”.

Novais afirma ainda que o sistema colonial pode ser descrito por um tipo particular de relação política envolvendo dois elementos fundamentais: “um centro de decisão [metrópole] e outro subordinado [colônia], relação através da qual se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais” (NOVAIS, 1989, p. 62). Para Fernandes (cf. 1973, p. 13), os fundamentos legais e políticos da dominação colonial requeriam uma ordem social em que os interesses da Coroa e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente conservados e reiterados. Em consequência, a dominação colonial adquiriu o caráter de superexploração ilimitada dos países periféricos no circuito global. Outro ponto a ser considerado é o exclusivismo que a metrópole detinha na compra/venda dos produtos coloniais. Esse exclusivismo fez com que a produção colonial fosse orientada unicamente para atender o mercado externo¹³ (cf. NOVAIS, p. 88-89).

É levando em consideração estas condições que Fernandes irá abordar algumas questões interpretativas. Aqui iremos analisar duas principais: 1) como a noção de *burguês* e *burguesia* têm sido entendidas a partir da situação histórica brasileira; 2) se existiu ou não uma revolução burguesa como realidade histórica no Brasil. Fernandes inicia sua interpretação em *A Revolução Burguesa*¹⁴ (1975) criticando duas interpretações recorrentes na historiografia brasileira. A primeira seria a de que o *burguês* e a *burguesia* teriam emergido com a implantação e expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse desempenhar as funções socioeconômicas dos agentes que dominavam as relações comerciais com o mercado europeu. A segunda seria o fato de que o *burguês* e a *burguesia* nunca teriam existido no Brasil (FERNANDES, 1987, p. 16). Segundo Fernandes, as duas interpretações são equivocadas do ponto de vista histórico brasileiro.

¹³ De acordo com Caio Prado Jr. (2011, p. 27), “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o mercado europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de que precisa: indígenas ou negros importados”.

¹⁴ O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) foi escrito como uma resposta intelectual à Ditadura Civil-Militar de 1964. De acordo com o autor, “trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante” (FERNANDES, 1987, p. 3-4).

Fernandes constata que não se pode associar o senhor de engenho ao *burguês*, muito menos a aristocracia agrária à *burguesia*. O senhor de engenho exercia uma função marginal no processo de mercantilização agrária, desse modo, não era e nem poderia ser o precursor do “empresário moderno”. Ele se caracteriza historicamente, de maneira oposta, como um agente econômico especializado, cujas ocupações concretadas se relacionavam à uma organização de uma produção de modelo colonial, isto é, uma produção estruturalmente heteronômica, reservada a produzir riquezas para a apropriação colonial (cf. FERNANDES, 2020, p. 36).

[o senhor de engenho] estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária; todavia esse processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. Para o senhor de engenho o processo reduzia-se, pura e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial onde as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas através do trabalho escravo (FERNANDES, 2020, p. 36).

Desse modo, o sociólogo afirma que seria um grande equívoco entender que a história da burguesia se inicia com a colonização, dado que o sistema colonial neutralizava qualquer possibilidade do senhor de engenho transpor a situação econômica em que se encontrava, o que ele produzia não se constituía enquanto lucro propriamente e era determinado externamente. Contudo, tal apropriação era relativamente alta dentro desse sistema, uma vez que manifestava a forma pela qual o senhor de engenho participava - através da expropriação de latifúndios e da exploração da mão de obra escrava (cf. 2020, p. 33). Segundo Viotti (cf. 2010, p. 14) o escravo negro foi mão de obra exclusiva desde os primórdios da colonização, desse modo, a história do trabalho no Brasil é, antes de mais nada, a história do escravo¹⁵.

A crise do sistema colonial pode ser explicada por três fatores fundamentais, de acordo com Fernandes (1973, p. 13-14): o primeiro motivo decisivo teria sido a frágil estrutura das economias da Espanha e de Portugal. Comparados com outros países centrais, aquelas economias não possuíam força para financiar atividades mercantis fundamentais para exploração e desenvolvimento das colônias, sendo assim, Espanha e Portugal passaram a desempenhar papéis econômicos intermediários no circuito global. O autor exemplifica essa condição com o lucro que o açúcar brasileiro gerava para os agentes privilegiados na mercantilização do produto: o “produtor” colonial se apropriava de lucro que variava de 12 a 18%; a Coroa retinha entre 25 a 30%; a Holanda se apropriava do resto do lucro e de outras

¹⁵ “Primeiro nos canaviais, mais tarde nas minas de ouro, nas cidades ou nas fazendas, era ele o grande instrumento de trabalho. Derrubando matas, roçando as plantações, nas cidades ou nas fazendas, nas catas de ouro, nos engenhos, na estiva, carregando sacos de mercadorias ou passageiros, o escravo foi figura familiar na paisagem colonial. Foi mais do que mão de obra, foi sinal de abundância. Época houve em que a importância do cidadão era avaliada pelo séquito de escravos que o acompanhava à rua” (VIOTTI, 2010, p. 14).

vantagens (cf. FERNANDES, 1973, p. 14). Um segundo fator crucial para a crise foi a concorrência entre os países centrais pelo controle econômico das colônias latino-americanas, sobretudo países como Holanda, França e Inglaterra. E por fim, o terceiro fator advinha da população das colônias descontentes com a rigidez desse padrão colonial, segundo Fernandes:

Esses setores, muito heterogêneos (...), incluíam habitantes das cidades e vilas, mais ou menos identificados com a nativização do poder, especialmente aos níveis econômico e político. A massa que deu, em todos os países, apoio fanático aos movimentos de emancipação nacional foi recrutada entre esses setores (FERNANDES, 1973, p. 14).

Dois acontecimentos históricos irão transformar esse quadro em que o Brasil estava inserido: a abertura dos portos (1808) e a Independência (1822). De acordo com Ricupero (2016), foi no dia 28 de janeiro de 1808 que o príncipe regente D. João VI assinou uma carta dirigida ao Conde da Ponte, governador da Bahia, decretando a abertura dos portos do Brasil, pondo em suspenso temporariamente “todas as leis, cartas régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre meus vassallos e estrangeiros” (BIRKER, 1878, p. 102 apud RICUPERO, 2016, p. 2). É preciso ressaltar que a corte portuguesa estava se transferindo para colônia em decorrência da invasão das tropas francesas em Portugal. Sendo assim, o advento da família real impunha a necessidade de garantir o abastecimento de produtos importados, assim como manter “a arrecadação, em grande medida gerada pelo comércio exterior” (cf. RICUPERO, 2016, p. 2). Sodré (1998) afirma que a abertura dos portos provocou um maior desenvolvimento das relações diretas entre o Brasil e a Inglaterra:

O surto do comércio brasileiro, após a abertura dos portos, é alguma coisa notável. Já eram os navios ingleses em maior número do que os portugueses, na frequência aos portos brasileiros. Daí por diante, com os tratados posteriores, de concessão, arrancados ao rei protegido, tratados ironicamente chamados de aliança e amizade, o predomínio dos negócios anglo-brasileiros sobre os negócios lusitano-brasileiros é palpável e forte. Tendo absorvido todas as energias da nação que nos dominava, a Grã-Bretanha estendia a rede da sua expansão comercial à colônia. Logo se formam na Inglaterra campanhas destinadas a estabelecer e fundar laços mais estreitos de relações comerciais com o Brasil (...). Daí por diante começa a Inglaterra a influir nas nossas coisas duma maneira considerável (SODRÉ, 1998, p. 25).

Esse panorama demonstra como a Inglaterra substitui o controle predominante de Portugal sobre o comércio do Brasil e irá, num momento de desagregação do sistema colonial, despontar enquanto nação dominante no controle da exportação e importação na América Latina.

O segundo acontecimento histórico é, para Fernandes, o marco definitivo do fim da era colonial e do início do período de expansão da burguesia. De acordo com Bernardo Ricupero (cf. 2011, p. 7) tanto para Caio Prado Jr. quanto para Florestan Fernandes, a Independência seria um momento crucial que resultaria numa orientação que leva em consideração os interesses a partir de dentro. Os dois autores também se aproximam na compreensão de que a Independência seria uma revolução. Conforme Fernandes aponta (cf. 2020, p. 52) a Independência surge como a primeira grande revolução social que se desenrolou no Brasil. Ela também estabelece o período de referência para constituição de uma sociedade nacional, uma vez que é a partir desse momento que se fermenta um novo tipo de autonomia política em que a sociedade passa a se organizar segundo parâmetros internos. São esses aspectos que, segundo o autor, tornam a independência um período verdadeiramente revolucionário.

A elaboração do Estado nacional independente possibilitou a criação de uma rede de instituições mais modernas e eficientes. O período da abertura dos portos até 1860 é caracterizado, de acordo com Fernandes, como desapontamento institucional da modernização capitalista. Esse contexto proporcionou a dinamização das capacidades econômicas da grande lavoura, anteriormente neutralizada pelo controle externo, agora o fluxo de renda passa a ser administrado internamente pelas elites senhoriais. É considerando essa forma de organização socioeconômica a partir de dentro que o autor diz que as elites nativas precisaram realizar uma “rotação copernicana”, de modo a absorver uma concepção de mundo que lhe possibilitasse compreender e agir dentro de sua posição mais direta no gerenciamento do mercado interno (cf. FERNANDES, 1987, p. 59).

Entretanto, mesmo com este cenário, o Brasil não conseguiu reverter sua inserção independente no espaço econômico global. Essa situação se potencializa quando se realiza uma emancipação nacional sem romper com os nexos do passado, isto é, com a permanência do colonialismo e da escravidão, uma vez que “a continuidade da ordem escravocrata e senhorial convertia o Estado nacional em um Estado senhorial e, portanto, escravista” (FERNANDES, 2010, p. 34). Dessa forma, a integração nacional como potencializadora de transformações revolucionárias e de crescimento econômico autônomo tornou-se inviável nessas condições. Segundo Fernandes (2010), seria um engano acreditar que o processo de emancipação nacional significasse o mesmo que descolonização¹⁶. Esta nunca logrou êxito na América Latina¹⁷. Desse

¹⁶ Fernandes afirma que o Brasil seria um caso exemplar para se estudar as conexões da escravidão com o desenvolvimento interno do capitalismo.

¹⁷ Conforme comenta León e Malta (cf. 2020, p. 360), Fernandes ao pensar na necessidade de descolonização da América Latina se aproxima de autores como José Mariátegui e Aníbal Quijano.

modo, o Estado se consolidou sem realizar um processo revolucionário bem acabado. Essa configuração implica em deformações duradouras ao modelo democrático desenvolvido nas nações periféricas.

Portanto, à vista do que foi exposto, a concretização de uma sociedade nacional não provocou uma reviravolta na inserção subordinada do Brasil no circuito econômico mundial, sendo assim, a independência nacional manifesta contraditoriamente um lado extremamente negativo, perpetuando a condição heteronômica da economia brasileira. “Embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia de fora” (FERNANDES, 2010, p. 119). O sociólogo caracteriza essa fase de dominação externa de neocolonialismo, isto significa uma nova configuração de dominação.

De acordo com o autor, as elites senhoriais cultivavam o desejo de subverter sua posição marginal em relação ao mercado global, contudo, a situação em que já se encontravam dentro da dinâmica internacional as impossibilitava de romper com sua condição dependente, sendo assim, tiveram que se contentar com seu controle econômico interno. Segundo Fernandes, as elites tiveram que se agradar com as vantagens econômicas em decorrência da autonomização política do Brasil, deixando aos importadores europeus uma grande abertura para a dominação econômica, que só seria extirpada se eliminasse a grande lavoura, o que não ocorreu (cf. FERNANDES, 1987, p. 92). Os países centrais se beneficiaram do domínio que exerciam sobre as “nações pobres”, fornecendo-lhes recursos financeiros e técnicos. Dessa forma, acabavam por exercer a tarefa de integrar a economia brasileira ao sistema econômico mundial. (cf. FERNANDES, 1987, p. 93)

Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do statusquo ante a economia, com apoio e cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente (...) (FERNANDES, 1973 p. 16).

Não obstante a desagregação do antigo sistema colonial em termos políticos e jurídicos, a sociedade que se configura no período neocolonial é estritamente fechada para os grupos subalternizados. Nesse sentido, o Estado nacional adquiriu funções político-econômicas típicas de nações dependentes. Ao assumir essas funções, o Estado tornou-se instrumento para preservação da dominação estamental (cf. FERNANDES, 2020, p. 98). Nesse momento, de acordo com Ianni (cf. 2011, 47), o liberalismo imperava nas relações econômicas e quase

inexistia no campo político em termos de liberdades democráticas. Segundo Fernandes (1987), a assimilação do liberalismo pelas elites introduziu no país inovações econômicas, técnicas, sociais e institucionais essenciais para construção de um capitalismo moderno. Contudo, aqui no Brasil, o liberalismo não se reveste de capacidade dinamizadora no âmbito da vida cultural, dado que foi defendido por pequenos círculos sociais, não contribuindo de modo mais efetivo na constituição de uma ordem social autônoma.

É a partir dessas considerações que Fernandes irá compreender como se processou a revolução burguesa no Brasil de maneira encapuzada¹⁸. De acordo com Ianni (2011, p. 49), esse processo compreende uma longa duração histórica com constantes episódios contrarrevolucionários. Sendo assim, a revolução burguesa não consiste num único acontecimento histórico, ela desenvolve-se sempre pelo alto e de maneira distinta das revoluções clássicas ocorridas na Europa. Para Fernandes (2020, p. 37), a utilização da noção revolução burguesa não tem como objetivo explicar o Brasil pela ótica dos povos europeus, mas compreender a particularidade da organização econômica, social e cultural brasileira.

Outro aspecto importante para analisar a formação do capitalismo se baseia no sistema de classes sociais formado no país, que impulsiona esse tipo de desenvolvimento. Segundo Portela Jr. (2013, p. 66), o elemento essencial da interpretação de Fernandes está na constatação da formação de uma ordem social que se centraliza nas mãos das camadas dominantes. A monopolização do poder político condiciona não só a restrição dos grupos subalternos, em benefício da minoria da população, mas também a capacidade de decidir os rumos da nação, bem como na possibilidade de usufruir dos direitos e garantias sociais que aquela ordem social pode oferecer.

É essa concentração que, segundo Fernandes, conforma as condições para o estabelecimento de um padrão restritivo de sociedade civil. O regime de classes realiza-se historicamente de maneira deficiente e inacabado, o que dificulta a formação e o fortalecimento de controles sociais democráticos. A riqueza, o prestígio social e o poder ficam nas mãos de alguns círculos sociais, que utilizam suas posições estratégicas nas estruturas políticas para neutralizar as outras forças sociais, particularmente no que concerne o uso do conflito e organização como instrumento de mudança sociocultural (cf. FERNANDES, 1981, p. 165).

Neste sentido, a configuração do regime de classes constituído no país impossibilitou o surgimento do “povo” no âmbito político, assim como evidenciou o caráter do desenvolvimento

¹⁸ De acordo com Portela Jr. (2013) a concretização da revolução burguesa na concepção de Fernandes se expressava enquanto uma possibilidade de superar o antigo regime, ainda que reconhecesse os limites dessa revolução.

de tipo dependente. Segundo Tótor (1999, p. 111), compreender a especificidade deste padrão de desenvolvimento capitalista é fundamental para assimilar os limites das revoluções social, nacional e democrática. Esta realidade se dá por causa da particularidade de um processo de revolução burguesa que, por conservar relações de subordinação externa e “anacronismos sociais”, impossibilita a criação de vínculos construtivos entre a economia e a sociedade (cf. SAMPAIO JR., 1999, p. 131)

(...), a brutal assimetria na correlação de forças e o caráter fechado do circuito político geram um contexto histórico tão desfavorável ao polo trabalho que passa a ser extremamente difícil, para a classe operária, ultrapassar a estaca zero de sua existência política. Por isso, apesar das desigualdades abismais e dos altíssimos níveis de pobreza e miséria, as classes subalternas não conseguem se contrapor com alguma eficácia ao capital e influenciar de maneira significativa o curso da história (SAMPAIO JR., 1999, p. 146).

De acordo com Fernandes, o padrão de luta de classes “fechadas” impossibilitou reparar as consequências desfavoráveis do subdesenvolvimento, restando a construção de qualquer potencial revolucionário. A burguesia periférica se conformou ao longo do tempo em uma camada social profundamente conservadora, seus interesses confluíram para conservar a ordem, proteger e fortalecer o capitalismo, evitando que a dominação burguesa e o domínio burguês sobre o Estado nacional se enfraquecessem. Desse modo, a burguesia dependente é estimulada pela dinâmica do capitalismo global e acarreta de maneira relativamente sistemática e universal as ações políticas de classe extremamente reacionárias, pelas quais se manifesta a essência autocrática da dominação burguesa e sua disposição para se autodefender através de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classes. Além do mais, a feição atrasada das evoluções periféricas converteu sua burguesia em uma classe historicamente vazia de papéis econômicos, sociais e políticos (cf. FERNANDES, 1987, p. 254).

Em consequência, se consolida uma ordem social competitiva que não remete nem de longe à flexibilidade dessa mesma ordem nos parâmetros de um desenvolvimento capitalista autônomo, nem mesmo consegue desempenhar suas funções para dinamização do regime de classes (cf. PORTELA JR., 2013, p. 73). Em razão disto, as burguesias dependentes desenvolvem uma inflexibilidade em relação à aplicação do conflito como instrumento de luta política empreendida pelas classes populares. Elas se veem impelidas a reprimir qualquer iniciativa de transformação social contra ou dentro da ordem que ameace o domínio total das classes dominantes (cf. SAMPAIO JR., 1999, p. 148).

A ordem social competitiva inseridas na conjuntura da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida não consegue controlar o fluxo da modernização “quanto à sua intensidade

e homogeneidade ou quanto aos limites societários da propagação universal e seus efeitos mais construtivos” (cf. FERNANDES, 1973, p. 80). Em decorrência das suas heranças coloniais e das complicações da transição neocolonial, o “capitalismo moderno” eclode, firma-se e evolui reproduzindo o típico de maneira única e originando sua ligação histórica particular. A ordem competitiva não surge apoiada em um estamento burguês revolucionário; ao contrário, ela se apoia em estamentos senhoriais que objetivavam usar suas posições sociais no domínio da economia e dos Estados emergentes, “como fonte de privilegiamento de poder estamental”. (FERNANDES, 1973, p. 91).

Nesse contexto, o Estado se configura como o lócus de opressão e de repressão, que serve para atender aos interesses particularistas - internos e externos, concomitantemente -, conforme uma estratégia de manutenção e ampliação de privilégios econômicos e sociais. Portanto, o Estado se torna um instrumento de ditadura de classe, seja ela sobre falsa aparência de democracia, seja ela abertamente autoritária. O Estado mostra-se, assim, como o instrumento por excelência da dominação burguesa (cf. SAMPAIO JR., 1999 p. 79). Desse modo, a burguesia constituída no Brasil assume seu caráter abertamente autocrático.

À vista disto, a modalidade de democracia instaurada no Brasil é denominada por Fernandes de “democracia restrita” ou “autocracia burguesa”, dado que significou mais privilégios para as classes dominantes e mais controle social em detrimento de uma participação ampliada do povo no plano político. A dominação burguesa recorre a procedimentos autocráticos para se conservar no poder, perdendo a oportunidade histórica de construir uma democracia dentro da ordem e sob sua hegemonia. Em síntese, as burguesias de países periféricos e dependentes não conseguem conciliar o processo de modernização capitalista com transformações sociais significativas, a revolução burguesa assume, assim, seu caráter mais débil, controlada pelos países hegemônicos e regulada pela autopreservação das elites nacionais (TÓTORA, 1999; PORTELA JR., 2013).

CAPÍTULO III: Dependência e Autocracia

3. 1 Capitalismo, democracia e autocracia

Neste capítulo nos deteremos na análise de Fernandes sobre a questão dos limites ainda mais estreitos da democracia liberal na América Latina. Nessa região se conformou um modelo democrático “emperrado” e “contingencial”, isto significa reconhecer que nos âmbitos do Estado e da sociedade civil o “povo” foi reiteradamente excluído da participação política e da garantia concreta dos direitos legais, desse modo, são as classes possuidoras que decidem sem controles populares mínimos, de acordo com os seus interesses, o rumo político institucional da nação, dado que ao longo da história se cristalizou a compreensão de que “nação” e “sociedade” era aquilo que emanava diretamente das elites, portanto, houve o desenvolvimento de uma “supremacia” de uma pequena parcela da população que se apoderou do controle do destino do país (cf. FERNANDES, 2020, p. 65).

De acordo com Fernandes:

(...) a sociedade existente no Brasil incorpora morfologicamente milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres. Porém, ao mesmo tempo, castra-os socialmente. Eles não possuem nem peso e nem voz nessa sociedade civil. Os senhores da fala, da riqueza e do poder decidem tudo. Aos outros, a imensa maioria de não-cidadãos ou de cidadãos pela metade sejam ou não eleitores, cabe o papel passivo de sofrer e obedecer (FERNANDES, 2014 [1986], p. 24).

Segundo Portela Jr. (2012, p. 11), a construção teórica de Fernandes nos dá munição para questionar o que se costuma entender enquanto “democracia” no Brasil, mesmo a estreita democracia liberal, uma vez que sua caracterização não se limita a transposição de categorias conceituais advindas das teorias democráticas dos países centrais, ao contrário, o sociólogo busca examinar a construção da democracia levando em consideração a relação entre dominação burguesa e transformação capitalista nos países periféricos de capitalismo dependente e subdesenvolvido.

No entendimento de Fernandes (cf. 2020, p. 356-357), as análises que se comprometeram em compreender esta situação histórica se prenderam à noção de que a condição dependente e subdesenvolvida poderia ser superada à medida em que o capitalismo fosse se desenvolvendo e, em consequência, se autonomizando. Entretanto, esse entendimento ignorava que a expansão do capitalismo em regiões dependentes estava intimamente ligada aos dinamismos das economias centrais.

De outro lado, “deixou-se de considerar que a autonomização do desenvolvimento capitalista exige, como pré-requisito, a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou

imperialista)” (FERNANDES, 2020, p. 357). No entanto, tal ruptura nunca foi realizada, longe disso, as elites nativas tenderam a se associar com os países centrais ocupando a posição de “sócia menor” dentro do circuito internacional. Esse quadro complexo ensejou um cenário extremamente hostil para o fortalecimento do desenvolvimento social, político e econômico em bases autônomas.

À vista disto, Fernandes afirma que o Brasil não consegue realizar um desenvolvimento capitalista autônomo. Neste país a revolução anticolonial foi agressivamente reprimida e controlada por interesses particularistas e imperialistas, portanto, o desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais modernas se adaptaram aos resquícios das estruturas de origem coloniais. Ou seja, “o moderno e o arcaico se superpõem, tornando-se interdependentes como fatores de acumulação capitalista primitiva e de consolidação do desenvolvimento capitalista a partir de dentro” (cf. FERNANDES, 1979, p. 38). A partir desta chave analítica que se compreende que a forma de dominação autocrática deve ser entendida como consequência política da expansão do capitalismo dependente (cf. PORTELA Jr., 2013, p. 77).

O que se concretiza nesse contexto, segundo Fernandes (2020, p. 358), é uma fraca associação entre desenvolvimento capitalista e democracia e uma forte relação entre expansão capitalista e autocracia. Essa condição revela como o autor chega à conclusão de que o capitalismo dependente é um capitalismo selvagem, isso porque se conforma uma ordem social que estrangula a participação de grande parte da população da arena política. Tal configuração sociopolítica foi denominada pelo autor como “democracia restrita”, em termos mais claros significa uma democracia para os “senhores”, isto é, voltada unicamente às classes dominantes. Segundo Tótor (1999) essa extrema concentração de poder faz com que a burguesia tenha êxito em dissociar o desenvolvimento capitalista da revolução democrática e nacional. Desse modo,

a extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e regurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (***quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva***). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês) (FERNANDES, 2020, p. 359, grifos nossos).

Portanto, na sociedade brasileira nos deparamos com a particularidade da nossa transição ao capitalismo e consolidação do Estado burguês, onde a revolução burguesa assumiu um caráter autocrático, inviabilizando o desenvolvimento de um capitalismo tal como se deu nas nações hegemônicas. Dessa maneira, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil caracteriza-se pela coexistência de estruturas modernizantes e reacionárias, conservando sua condição de dependente – nas esferas econômica, política, cultural e tecnológica – em relação aos centros hegemônicos de dominação imperialista (cf. BARBOZA, 2015, p. 36). De acordo com Fernandes (2020, p. 361) essa situação explicita ainda mais a relevância do elemento político para o desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido. O autor explica que a revolução burguesa nesse contexto é, por excelência, um fenômeno eminentemente político, “de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle das burguesias ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 2020, P. 361).

Dessa forma Fernandes evidencia a incapacidade da burguesia na periferia em fomentar uma revolução democrática e nacional, reconhecendo que no plano histórico não estamos na “era das ‘burguesias conquistadoras’”. Ao contrário, a revolução burguesa brasileira demonstra que, na verdade, a burguesia nacional abdicou de qualquer feição revolucionária, sendo assim, elas acabam se colocando em um “beco sem saída”, sem qualquer capacidade de conduzir uma revolução autônoma que rompa com os vínculos imperialistas e coloniais (cf. FERNANDES, 2020, p. 366). Segundo Tótor (1999) a dominação burguesa se apropriou de procedimentos autocráticos reiterando sua dependência externa e deformando os mecanismos democráticos, que operam muito mais num sentido formal, sem substrato para se estender para a maioria da população, por isso, a democracia nas nações periféricas significou maior privilegiamento das classes possuidoras.

Neste contexto, a formação de uma autocracia burguesa impõe condições desfavoráveis ao elemento construtivo do conflito de classes. Desse modo, o dinamismo resultante desse conflito é neutralizado, impedindo a construção de controles sociais democráticos. Não existe no cenário político participação igualitária, expressão direta de uma sociedade de democracia frágil:

Isto nos coloca, certamente, diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem rebuscos de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em

instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, 2020, p. 364).

A ditadura de classe pode manifestar-se de maneira ora aberta e virulenta ora dissimulada. Nesse sentido, é preciso destacar que, considerando as formulações de Antonio Gramsci sobre a construção da hegemonia por uma classe, subsiste uma relação entre força e consenso no interior do Estado (cf. FRESU, 2020). À vista disto, a hegemonia das classes dominantes se manifesta no sentido de uma direção moral e intelectual dos grupos subalternos. É neste sentido que podemos compreender que o Estado não é o âmbito puramente da coerção, mas ele é também o domínio do consenso. “A burguesia, historicamente, trabalha para tornar homogêneas (nos costumes, na moral e no senso comum) as classes dirigentes e criar um conformismo social capaz de consolidar seu poder, por meio de uma combinação de força e consenso” (cf. FRESU, 2020, p. 327). Cabe destacar que Fernandes não utiliza o conceito de hegemonia tal qual definido por Gramsci (a despeito de conhecer o autor incluí-lo na bibliografia de *A Revolução Burguesa no Brasil*), contudo, a relação entre força e consenso pode lançar luz à compreensão de por que as instituições da democracia formal e as relações de forças concretas de caráter autocrático podem conviver lado a lado sem que isso signifique necessariamente a instauração de um típico Estado de exceção, por exemplo.

Na compreensão de Fernandes não existe uma oposição entre democracia liberal e autoritarismo, mesmo nas democracias consolidadas das nações centrais e hegemônicas. O autor em *Anotações sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979) tece uma crítica às tendências que constroem tipologias dicotômicas baseadas na inconciliabilidade entre democracia burguesa e autoritarismo. Na sua definição sobre a democracia burguesa, ele destaca o elemento inerentemente desigual e a impossibilidade de se concretizar uma democracia substantiva numa sociedade capitalista:

(...) uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista” (FERNANDES, 1979, p. 7, grifos do autor).

O sociólogo explica que ao longo dos períodos históricos as classes burguesas foram perdendo o caráter revolucionário que possuíam no período de destruição do *antigo regime*. Assim que se consolida a “ordem social competitiva” o direito racional/positivo deixa de ser

um “direito revolucionário” e a ideologia burguesa passa a manifestar primeiramente seu conservadorismo e em seguida seu reacionarismo. Isto quer dizer que, assim que se despojam das suas tendências e disposições revolucionárias, suas feições autoritárias crescem dialeticamente, ou seja, a burguesia passa a assumir a posição de classe dominante (cf. FERNANDES, 1979, p. 8).

Essa observação de Fernandes foi muito bem demonstrada por Marx ao analisar o golpe de Estado de Luís Bonaparte na França. Em *O 18 Brumário* é possível perceber o caráter limitado da democracia burguesa que sempre sucumbe em nome da “propriedade, família, religião, ordem”. Afirma Marx (2011, p. 37):

Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. E, por fim, os próprios sumos sacerdotes da “religião e ordem” são escoraçados a pontapés dos seus trópodas pítios, tirados das suas camas na calada da noite, enfiados em carruagens prisionais, jogados em cárceres ou mandados ao exílio, o seu templo é arrasado, sua boca é selada, a sua pena quebrada, a sua lei rasgada, tudo em nome da religião, da propriedade, da família, da ordem.

Diante disso, é possível interpretar que a democracia na sociedade capitalista responde à necessidade de reprodução da ordem vigente e está limitada a ela, sendo alargada a partir das lutas populares e não meramente por princípios liberais abstratos. Fernandes identifica essa característica como mecanismo próprio do regime democrático liberal e crítica toda análise que faz uma apologia à “sociedade democrática” encarada enquanto uma “sociedade perfeita” (cf. FERNANDES, 1979). Nessa perspectiva, torna-se imprescindível compreender as implicações estruturais e dinâmicas de uma sociedade que se funda preponderantemente na desigualdade econômica, social e política, que toma forma pela defesa da propriedade privada e da exploração do trabalhador, deste modo, para Fernandes é necessário investigar as relações engendradas pelo vínculo do despotismo burguês no Estado e da democracia representativa.

Sendo assim, em todos os níveis da sociedade capitalista se tece uma rede de dinâmicas autoritárias, em geral, atreladas às instituições. Estas relações autoritárias podem vir à tona em função do contexto, tomando formas mais agressivas quando as classes possuidoras precisam assegurar seus interesses econômicos, sociais e políticos (cf. FERNANDES, 1979, p. 13). Segundo Fernandes (1979, p. 13), “o componente autoritário oscila, as relações autoritárias ganham saliência e a democracia vira um privilégio dos mais iguais (ou das elites no poder)”. E acrescenta que:

(...) por causa da propriedade privada, da propriedade dos meios de produção e da base estrutural-dinâmica do crescimento do capital (apropriação da mais-valia relativa), o Estado democrático sempre foi, ao mesmo tempo, um poder de dominação de classe. Como diz com razão F. Neumann, “nunca houve maior desserviço à causada ciência política do que a declaração que o Estado liberal era um Estado ‘fraco’. Eratão forte quanto o exigiam as circunstâncias de então. Conseguiu imensos impérios coloniais, sustentou guerras, dominou distúrbios internos e se estabilizou por longos períodos” (FERNANDES, 1979, p. 29).

É importante destacar esta compreensão do autor porque ela expressa que no interior de seu pensamento não há uma idealização da democracia liberal estabelecida nas nações europeias e norte-americana. Apesar de que na sua teoria surjam comparações entre a democracia instaurada nos marcos dos países de capitalismo dependente e subdesenvolvidos com a democracia burguesa nos países hegemônicos, isto não significa que a democracia liberal não seja contraditória e delineada por formas autoritárias¹⁹. A diferença é que, segundo Fernandes (1979), o Estado burguês nos países periféricos não se confunde com o Estado democrático burguês vigente em países de capitalismo hegemônico, dado que se trata de um Estado *heterogêneo*, isto é, ele abrange ao menos três facetas: a democracia restrita, o autoritarismo e o fascismo. Esses três aspectos do Estado capitalista periférico não exprimem unicamente as contradições específicas de um Estado de capitalismo dependente e subdesenvolvido, mas também revela um tipo de ditadura de classes que possui uma instabilidade inexorável, precisando recorrer continuamente a formas de dominação que não conciliam todos os interesses das classes possuidoras, nem mesmo os principais interesses de seus setores hegemônicos, nacionais e internacionais (FERNANDES, 1979, p. 44).

É preciso descrever em que termos essa fascistização do Estado é concebida por Fernandes. Em notas sobre o fascismo na América Latina (1971)²⁰, o autor explica que nesta região o fascismo está atrelado diretamente ao Estado, entretanto, ele acaba por se difundir por todas as estruturas de poder na sociedade. A ausência de uma ideologia delineada e de ampla mobilização da “massa popular” não é motivo suficiente para descartar a existência de fascismo ou elementos fascizantes numa dada cultura. Para Fernandes isso marcaria a caracterização de um tipo específico de fascismo. Em seu entendimento, o fascismo na América Latina seria uma versão mais complexa do que os regimes fascistas encontrados nos países centrais. De acordo com o autor (cf. 2015 [1971], p. 36), o fascismo constitui uma força essencialmente moderna cujo objetivo principal se corporifica no “desenvolvimento com segurança”. Por isso,

¹⁹ A distinção entre democracia liberal e autocracia burguesa, segundo Fernandes, seria apenas de grau e não de natureza.

²⁰ Ensaio apresentado em 1971 no departamento de Sociologia da Universidade de Harvard em uma mesa intitulada “A natureza do fascismo e a Relevância do Conceito na Ciência Política Contemporânea”.

na periferia do capitalismo o caráter fascista do Estado autocrático-burguês se interliga à defesa da ordem e/ou em nome da “salvação nação”. Escreve Fernandes:

Nesse sentido, o elemento essencial das ações e processos políticos parece ser a contrarrevolução, que afirma a totalidade por sua negação, isto é, uma “unidade” e uma “segurança” da Nação que não passam de uma unidade e segurança dos interesses, valores e estilo de vida das classes dominantes bem como do seu reflexo na concepção totalitária da onipotência das classes (FERNANDES, 2015 [1971], p.40-41).

Para Pizetta (2015), a definição de Fernandes sobre o funcionamento do fascismo na América Latina demonstra a exacerbação do autoritarismo e indica a essência contrarrevolucionária das burguesias. O componente fascistizante do Estado atua em dois sentidos: contra a democratização e contra revoluções dentro e/ou contra a ordem (cf. PIZETTA, 2015, p.14). Nesse sentido, o fascismo age minando de modo preventivo qualquer movimento em sentido questionador do *status quo*. Portanto, “essa lógica praticamente fecha as possibilidades de avanço da revolução democrática e nacional, limitando o arco de atuação das classes trabalhadoras de maneira que os processos de mudança social (...) continuem a ser controlados e dirigidos pelas classes dominantes (...) (PIZZETA, 2015, p. 14).

Desse modo o Estado é um instrumento de repressão e coerção, devendo servir aos interesses particularistas e de privilegiamento da burguesia. Em outros termos, o Estado desponta como o artifício por excelência da dominação burguesa. Desse modo, a autocracia seria um regime caracterizado pela concentração de poder nas mãos da classe burguesa que utiliza o Estado como mecanismo de autodefesa. De acordo com Gabriel Cohn (2020, p. 460) “a autocracia, ou seja, a forma de poder político voltado sobre si mesma, autocrática, não combina com a democracia [plena]”. Isto porque, segundo este autor, a autocracia não tem limites, ela se conforma pelo uso sistemático do poder organizado sob forma de violência aberta (autoritária e/ou fascista) ou dissimulada sob uma democracia restrita. Sendo assim, para este autor a autocracia não é puramente o inverso da democracia, mas ela é precisamente sua sombra que vem à luz em momentos de crise do poder burguês.

Do ponto de vista da análise de Fernandes, conclui-se que a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico no regime capitalista deve ser buscada no modo como as classes se organizam e lutam entre si para “preservar, fortalecer e aperfeiçoar” ou abolir aquele regime social de produção econômica (cf. FERNANDES, 1981, p. 29). Portanto, a burguesia brasileira se torna a chave para compreender o capitalismo que nos coube: difícil e selvagem. Segundo Fernandes (2020, p. 374), ela converteu-se numa burguesia pró-imperialista, sendo

assim, incapaz de se autoproteger das ações diretas dos países hegemônicos nos âmbitos econômico, político e social. Desse modo, “a revolução nacional continuaria [e continuou] a ser dimensionada pela infausta conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa”²¹ (FERNANDES, 202, p. 368).

A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de se identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e privilegiamento (FERNANDES, 2020, p. 364).

Com efeito, o conceito de autocracia burguesa se apresenta como uma importante questão teórico-política na análise de Florestan Fernandes sobre a problemática da democracia brasileira. É através desta noção e de sua relação com o desenvolvimento do capitalismo dependente que está o fundamento que obstaculiza a consolidação da democracia no Brasil e instaura uma contrarrevolução permanente. Ao decorrer de sua trajetória, Fernandes foi assumindo uma posição explicitamente socialista e revolucionária, adotando a perspectiva de que só é possível estabelecer uma ordem social democrática a partir de uma revolução popular. Portanto, seria necessário que os grupos subalternos se organizassem no sentido de contrapor a ordem vigente substituindo a democracia burguesa por uma “democracia operária” (cf. FERNANDES, 1982, p. 73).

²¹ Esse estado de coisa se agrava na transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, que se desenvolveu sem a desagregação do caráter duplamente articulado da economia brasileira - em que o moderno e o arcaico coabitam - ao mesmo tempo em que o imperialismo se intensifica (cf. FERNANDES, 2020, p. 367).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível refazer o questionamento realizado por Carlos Guilherme Mota sobre o intelectual Florestan Fernandes: “por que este autor continua tão importante para nós [atualmente]?”. Para Mota, “Florestan deixa algo de fundamental: a lembrança de que a discussão sobre *a requalificação do trabalho científico e intelectual* deve ser sempre e sempre reproposta, *senza fine* [sem fim]. Sem o que não há avanço” (MOTA, p. 45, grifos do autor). Entretanto, é possível pensar em uma resposta com uma direção distinta da empreendida pelo autor, poderíamos citar diversas contribuições proporcionadas por Florestan Fernandes ao longo de seu percurso intelectual para responder adequadamente ao questionamento. Entretanto, gostaríamos de destacar o alcance analítico de sua interpretação sobre a problemática da democracia no Brasil e a feição autocrática do Estado. Partindo de suas reflexões, podemos nos questionar se já houve mesmo uma democracia no país ou quais os limites do modelo democrático estabelecido numa sociedade heteronômica e dependente que impede a instauração de uma ordem social competitiva.

Antes de mais nada, é necessário reconhecer que este autor buscou realizar uma Sociologia do ponto de vista dos subalternizados. Segundo Portela Jr. (cf. 2012, p. 12), em Florestan esta perspectiva sobre os “condenados da terra” está presente desde o começo de sua carreira acadêmica, “refletindo-se seja na escolha dos seus ‘sujeitos de pesquisa’ (...), seja no seu envolvimento nos debates políticos prementes na sociedade brasileira” (PORTELA JR. 2012, p. 12). E ao longo dos anos essa perspectiva se alinha com uma posição cada vez mais cética quanto à possibilidade de uma solução dentro da ordem para o problema da participação popular e superação da condição dependente. Nas palavras de Fernandes:

É inútil e contraproducente cultivar a miragem de que a *democracia (!)* irá resolver por si mesma e automaticamente todos os problemas das classes trabalhadoras e das massas populares. O capitalismo que nos coube com a forma correspondente de democracia produziram e reproduziram incessantemente a anomia de classes destituídas e a marginalização política do proletariado (meios pelos quais se neutralizou ou se impediu, sistematicamente, que a luta de classes tivesse eficácia e assumisse teor político no polo do trabalhador). Para vencer a situação de anomia que inibe ou paralisa a luta de classe e a marginalização política, que fomenta o despotismo burguês, o proletariado e as massas populares não precisam de antídotos reformistas do próprio capitalismo ou da democracia burguesa. Precisam do socialismo e, claramente, do socialismo revolucionário. É por aqui que a *questão da democracia* será reposta, em breve, nos verdadeiros termos. As classes trabalhadoras precisam ganhar corpo dentro da arena política da ordem existente e isso não poderá acontecer enquanto o socialismo não tiver maior importância quantitativa e qualitativa dentro delas (FERNANDES, 1980, p. 26-27, grifos do autor, apud PORTELA JR., 2013, p. 89).

Dessa forma, o autor desvenda a dimensão prática que possibilita reverter a democracia restrita no país: a luta socialista contra a dominação burguesa. É através da luta popular dos grupos subalternos que o dilema da democracia poderá ser solucionado num plano concreto. Conforme já foi explicitado nos capítulos anteriores, dentro da ordem é impossível realizar qualquer mudança no sentido de uma revolução nacional ou democrática, uma vez que qualquer transformação no sentido de ampliar a democracia é duramente solapada. Por isso, Fernandes defenderá a necessidade do trabalhador se organizar tendo como horizonte não a abstrata democracia burguesa, mas o socialismo revolucionário.

A característica da burguesia nacional é marcadamente contrarrevolucionária, utilizando constantemente de mecanismos de autodefesa para assegurar seu domínio político e conservar sua articulação com o domínio externo. Portanto, na concepção do autor, as classes possuidoras não lideraram e nem conseguem conduzir um movimento que busque concretizar uma revolução nacional. Sendo assim, a revolução burguesa no Brasil é uma revolução encapuzada, que conservou e aprofundou laços sua condição dependente. Nesse sentido:

Sob o capitalismo dependente, a burguesia não pode liderar a revolução nacional e democrática. Ela leva a alteração da ordem interna até certo ponto. Em seguida, terá de sufocar as pressões de baixo para cima, ou sejam deter ou mesmo corromper a revolução nacional e a revolução democrática (FERNANDES, 2015, p. 71).

É através do Estado que a burguesia nacional – nacional apenas na etiqueta, segundo Fernandes – manifesta suas feições autoritárias e repressivas. Nessas condições surge um Estado “sincrético”, possuindo diversas características de um Estado representativo e democrático; “sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita” (FERNANDES, 2020, p. 427). Esta análise de Fernandes nos dá subsídios para compreender a maleabilidade da autocracia burguesa em função da possibilidade de coexistir com um regime democrático liberal sem que as contradições provoquem um rompimento da ordem. É neste sentido que ela seria uma sombra – recuperando os termos de Gabriel Cohn -, porque emerge em momentos decisivos demonstrando a face violenta do domínio burguês quando se encontra sob ameaça.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: a revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. **Revista USP**, n. 29, p. 56-65, 1996.

_____. A sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo social**, v. 22, p. 9-27, 2010.

BARBOZA, Douglas Ribeiro. “Modernização capitalista e ‘democracia vulgar’ na particularidade da formação histórica brasileira”. **SER Social**, v. 17, n. 36, p. 31-48, jun./2015.

BOSI, Alfredo. Homenageando Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 10, p. 7-9, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://bresserpereira.org.br/index.php/other-types-of-works/academic-papers/9004-4188>>. Acesso em: 17 set. 2021.

BOOTHMAN, Derek. Tradutibilidade [verbetes]. Dicionário gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017. [epub]

CANDIDO, Antonio. Lembrando Florestan Fernandes. São Paulo: s/ed., 1996.

_____. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, USP, vol. 18, n. 1, 2006, p. 171-301.

COHN, Gabriel. Gabriel Cohn: Florestan Fernandes e os limites da autocracia. [Entrevista concedida a] Bernardo Ricupero e Leonardo Bernelli. In: FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio sobre interpretação sociológica**. 6ªed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, Diogo. Olhares sobre Florestan Fernandes: trincheiras da Sociologia Crítica e Militante. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo. (org.). **Trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

COSTA, Diogo; MUTZENBERG, Remo. Florestan Fernandes e seu projeto teórico não pré-definido: anos 1940 e 1950. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo. (org.). **Trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, v. 10, p. 129-172, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Manipulação dos partidos. In: FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

_____. **Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2013.

_____. **Florestan Fernandes na constituinte**: leituras para a reforma política. Fundação Perseu Abramo, Partido dos Trabalhadores, 2014.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 6ªed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Marina Davi; GODOY, José Henrique Artigas. “Capitalismo dependente na América Latina? Um debate a partir da contribuição do pensamento de Florestan Fernandes”. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 19º., 2019, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 1-30.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**: uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2020.

IANNI, Octávio. (org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEÓN, Jaime; MALTA, Maria. formação da sociedade de classes e a necessidade de descolonização no brasil. **História Econômica & História de Empresas**, v. 23, n. 2, p. 357-392, 2020.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. “Florestan Fernandes: a criação de uma problemática”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 89-128, abr. 1996.

_____. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes**. Instituto de Estudos Avançados da USP, 1995. Disponível em: <<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>>>. Acesso em: 18 out. 2021.

MACHADO, Bárbara Araújo. **A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): uma abordagem a partir da teoria da reprodução social**. 2020. 360f. (Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020).

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZUCATO, Thiago. **Democracia e política na obra de Florestan Fernandes: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975)**. 2016. 133p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, 2016.

MOTA, Carlos Guilherme. Presença de Florestan no IEA. **Estudos Avançados**, v. 10, p. 42-48, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PIZETTA, Adelar João. Apresentação do livro Poder e contrapoder na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

PORTELA JR., Aristeu. Limites políticos e conceituais da democracia no Brasil: Florestan Fernandes e a “transição democrática”. **Áskesis-Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 10-22, 2012.

_____. **A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes**. 2013. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2013.

_____. Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo. (org.). **Trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do antigo sistema colonial no Brasil. **História (São Paulo)**, v. 35, 2016.

SAMPAIO Jr., Plínio. A. **Entre a nação e a barbárie: uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. *In*: SCHWARZ, Roberto et al. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SOARES, Eliane Veras. Ciência e Política em Florestan Fernandes: trajetória entrecruzada. *In*: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo. (org.). **Trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

TÓTORA, Silvana. “A questão democrática em Florestan Fernandes”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p. 109-241, 1999.

VIOTTI, Emília. **Da senzala à colônia**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2010.